

MINUTA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº XX, DE XX DE XXXX DE 201X DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS

Dispõe sobre a aplicação das medidas administrativas de regularização do risco assistencial decorrente da avaliação das operadoras de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial.

O Diretor responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – DIPRO, em vista do que dispõem os incisos I, XX e XXIV do art. 38, a alínea "a" do inciso I do art. 76 e a alínea "a" do inciso I do art. 85, todos da Resolução Normativa - RN Nº 197, de 16 de julho de 2009; e o art. XXX da RN Nº XXX, de XX de XXXX de 201X, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa - IN regulamenta a Resolução Normativa - RN nº xxxx, de xxx de xxxx de 2016, para dispor sobre a aplicação das medidas administrativas de regularização do risco assistencial decorrente da avaliação das operadoras de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial.

Parágrafo único. As medidas administrativas previstas na presente Instrução Normativa serão aplicadas sem prejuízo às disposições da Instrução Normativa – IN nº 48, de 10 de setembro de 2015, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO e suas alterações posteriores.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE REGULARIZAÇÃO DO RISCO ASSISTENCIAL

Art. 2º A partir da classificação obtida pela operadora de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial, a ANS poderá adotar as seguintes medidas administrativas, dentre outras menos gravosas:

- I – reunião ou visita técnico-assistencial;
- II – suspensão da comercialização de parte ou de todos os produtos da operadora;
- III – oferecimento de Plano de Recuperação Assistencial;

IV – cancelamento da autorização de funcionamento ou do registro provisório da operadora, na forma do art. 19 da RN nº 316, de 30 de novembro 2012; ou

V – medidas previstas no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1999.

Art. 3º A aplicação das medidas administrativas de que trata o artigo anterior terá periodicidade trimestral, considerados os seguintes trimestres:

I - 1º trimestre: 01 de janeiro a 31 de março;

II - 2º trimestre: 01 de abril a 30 de junho;

III - 3º trimestre: 01 de julho a 30 de setembro; e

IV - 4º trimestre: 01 de outubro a 31 de dezembro.

Parágrafo único. A definição da medida administrativa tomará por base os resultados alcançados pela operadora até os três últimos trimestres de avaliação, conforme critérios descritos nesta Instrução Normativa.

Seção I

Das Medidas Administrativas segundo Faixa de Classificação

Art. 4º A operadora será classificada em uma das seguintes faixas, observados os arts. 6º e 7º da RN nº xx, de xxxxx de xxxx:

I – faixa 1: nota final maior ou igual a 0,7 e menor ou igual a 1;

II – faixa 2: nota final maior ou igual a 0,35 e menor do que 0,7; e

III – faixa 3: nota final maior ou igual a zero e menor do que 0,35.

Parágrafo único. Será classificada como faixa indeterminada a operadora que, até a data da coleta, não tiver enviado à ANS as informações necessárias à apuração dos indicadores do mapeamento do risco assistencial no trimestre de avaliação.

Art. 5º As faixas do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento são as definidas no art. 10 da IN nº 48, de 2015.

Art. 6º Permanecerá acompanhada pela DIPRO a operadora classificada:

I – nas faixas 0, 1 ou 2 do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento; e

II – nas faixas 1 ou 2 do mapeamento do risco assistencial.

Art. 7º Serão consideradas as classificações obtidas nos dois trimestres imediatamente anteriores ao de avaliação a operadora classificada:

I - na faixa 3 do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento; ou

II - nas faixas 3 ou indeterminada do mapeamento do risco assistencial.

Art. 8º Serão encaminhadas para análise de adoção de medidas administrativas de regularização do risco assistencial, as operadoras que se enquadrarem nas seguintes classificações:

I – na faixa 3 do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento nos três últimos trimestres de avaliação, independentemente do resultado obtido no mapeamento do risco assistencial; ou

II – nas faixas 3 ou indeterminada, bem como na sua combinação, do mapeamento do risco assistencial nos três últimos trimestres de avaliação, independentemente do resultado obtido no acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A execução das medidas administrativas de regularização assistencial de que trata esta Instrução Normativa serão estabelecidas em plano periódico de monitoramento do risco assistencial, que levará em consideração as linhas de ação e capacidade operacional da DIPRO para definição dos critérios de prioridade.

Art. 10. A qualquer tempo, a ANS poderá adotar, a critério da DIPRO, as medidas administrativas previstas nesta Instrução Normativa, quando constatada a ocorrência de risco assistencial iminente na operadora.

Art. 11. A adoção das medidas administrativas mencionadas nesta Instrução Normativa ocorrerá sem prejuízo da apuração de eventuais indícios de infração às normas aplicáveis à saúde suplementar, na forma de resolução específica.

Art. 12. A ANS poderá se valer de critérios decorrentes de sua discricionariedade técnica para adotar outras medidas cautelares ou menos gravosas dos que as previstas nesta Instrução Normativa.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente